

Contrastes presidenciais

Josaphat Marinho

A vida dos seres é rica de acontecimentos. A dos seres humanos e a dos animais. Tão variados e surpreendentes são os fatos que às vezes envolvem homens e animais vinculando-lhes o destino. Acontece, mesmo, que situações tais indicam a diversidade de natureza do homem e a sorte do animal. Há uns casos de proteção e outros de sacrifício dos pobres irracionais. E há hipóteses do racional devorar seu semelhante, quando todas as circunstâncias aconselhavam amparo e conservação. São os contrastes da existência, que não conhecem limites, e confundem o que se chama civilização.

Dentro dessa perspectiva, merece relevo o que a imprensa noticiou, há poucos dias. Nos Estados Unidos, como parte das comemorações do Dia de Ação de Graças, o presidente Clinton distinguiu um peru de cor branca, de cerca de vinte quilos, para ser poupado da panela. Fotografado com o chefe de Estado o acariciando, a informação acrescenta que o feliz galináceo, preservado, "ficará num zôô, no Estado da Virgínia". Horas apenas depois, os jornais revelavam que o presidente

brasileiro assinara medida provisória para submeter os servidores públicos, os em atividade e os aposentados, a taxação variável entre 11% e 20%, em favor da Previdência. Veja-se bem a diferença de sensibilidade no proceder dos dois governantes. Note-se o contraste de suas ações.

Ali, para participar de um ato de crença, o presidente tem um gesto de proteção e de prolongamento da vida de um animal. Aqui, o governante sobrecarrega de ônus servidores que já vivem em dificuldades e vão por quatro anos sem percepção de melhora salarial. No norte do continente, benemerência: no sul, castigo. Em verdade, seria bem mais fácil sacrificar o peru, de espécie de maior fertilidade, do que levar ao forno da imposição de tributo funcionários cujas vantagens equivalem, em grande parte, ao indispensável ao sustento. Nem cabe invocar o princípio da igualdade perante a lei. O que a Constituição vedava, no art. 150, II, é "instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente". Não é o caso. Os servidores, notoriamente de vencimentos limitados pelo Estado, têm recursos in-

feriores aos que desenvolvem atividade econômica no livre mercado. Não há que os igualar, portanto, em nome do princípio de isonomia. Ao contrário, cumpre tratá-los diferentemente, para que não se imponha a quem não pode a mesma exigência destinada aos portadores de fortuna. Por isso, lúcida e justamente, o Congresso Nacional rejeitou o encargo abusivo.

Nem se considere despropositada a comparação entre o procedimento do presidente americano e o do brasileiro. Fácil seria àquele adotar outra atitude, se não refletisse o espírito americano. Aqui, num quadro de dificuldades crescentes para a população destituída de poder econômico, o presidente desprezou o sentimento geral. Esses atos aparentemente simples da administração revelam muito a compatibilidade ou a incompatibilidade do governante com a média da compreensão popular. No regime democrático, porém, a conciliação entre a diretriz dos dirigentes e a aspiração dos dirigidos é condição para a harmonia social. Nos atos que interessam aos economicamente mais fracos, sobretudo, é de

inteira conveniência a adoção de caminhos comuns. É preciso não parecer que o governo manda contra o interesse geral e o entendimento coletivo.

A verdade é que ali, nos Estados Unidos, o chefe de governo procura não afrontar a consciência da coletividade nem da representação nacional. Faz pouco, o presidente americano retirou do Congresso mensagem em que pleiteava poderes amplos para negociar no plano internacional. Como não o prestigiou o povo, nem cedeu a representação eleita, recuou democraticamente o governo. É assim nos regimes em que vigora, efetivamente, o sistema de freios e contrapesos. Onde deve prevalecer sempre a vontade do Poder Executivo, o que há não é democracia, mas autocracia. Se a Constituição, porém, declara que o Estado Democrático de Direito é o nela estabelecido, os poderes, mesmo entre si e nas relações com o povo, têm franquias limitadas. Desse modo se constrói o equilíbrio, que evita contrastes, como os descritos.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia